



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 8 DE MAIO DE 2015

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Guíva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 40 minutos.

A Comissão do Orçamento (3.ª Comissão Especializada Permanente) terminou a apreciação conjunta, na especialidade, do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, com a auscultação do Ministro das Finanças e da Administração Pública, em relação ao orçamento do seu Ministério.

Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública (Américo Ramos), o Sr. Ginésio da Mata (Director do Orçamento) e Sr. Sílvio Dias (Técnico da 3.ª

Comissão), os Srs. Deputados Mário Fernandes (ADI), Evaristo Carvalho (ADI), Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD), Esmael da Glória (ADI), Bilaine Ceita (ADI), José António (ADI), Jorge Correia (PCD) e Carlos Correia (ADI).

Por último, foram aprovados, na especialidade, as propostas de lei n.ºs 01 e 02/X/1.ª/15 – Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o ano económico 2015.

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública, bom dia. Sr. Ministro, estamos aqui hoje na fase da discussão, na especialidade, das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015, afecto ao seu Ministério e gostaríamos de ouvir do Sr. Ministro os mecanismos para a execução do seu orçamento.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, confesso que tenho alguma dificuldade em fazer a apresentação do meu orçamento, uma vez que vocês acederam às informações e sabem aquilo que é o meu Ministério. Por isso, as coisas que eu vou dizer certamente serão repetitivas. No entanto, gostaria de dizer que o Ministério que eu tutelo tem dois pelouros e competências transversais, em qualquer sistema de governação.

Gostaria de confessar aqui também que foi uma ousadia casar esses dois pelouros bastante complexos, portanto, Finanças e Administração Pública, mas eu pessoalmente assumi essa ousadia tendo em conta o conhecimento que tenho da Administração e os problemas que enfermam a nossa Administração.

Gostaria de dizer que tenho plena consciência das dificuldades que tenho que enfrentar, porque vou levar a cabo algumas reformas bastante importantes ao nível da Administração, tendo em conta o estado da nossa Administração actualmente. Os desafios são imensos, é necessário alguma coragem para levar a cabo as reformas necessárias, de forma a tirar a nossa Administração Pública da situação em que está. Posso dizer que a nossa Administração Pública está doente.

Começo com a Lei Base da Administração Pública que é o Estatuto do Funcionalismo Público, um documento que foi aprovado em 1997, Lei 5/97. É uma lei que por sua natureza deveria ser revista e regulamentada de 5 em 5 ano, mas infelizmente até o momento nada foi feito. Portanto, entenderão que isso já é um problema.

Outro problema que acho grave, para além de muitos, é o número galopante de efectivos na Administração Pública. Portanto, em 1998, houve uma reforma de redimensionamento da Administração Pública, na altura recorde-me que o número de funcionários atingiu cerca de 3500 a 4000 e após essa reforma, neste momento, estamos a mais de 7500 funcionários. Portanto, vocês entenderão o problema que existe e porque é que, não obstante o crescimento da massa salarial, não tem havido margem para o aumento real do salário na Administração Pública.

Outro problema gritante é o regime remuneratório, que tem sido ou é, neste momento, incompatível com as carreiras dos funcionários. Há situações que todos aqui conhecem de salários na Administração, muita discrepância. Posso dar um exemplo: chefes de serviços ou funcionários com salários que chegam a ser superiores ao salário do Presidente da República. Portanto, vocês entenderão a gravidade da situação.

As promoções aleatórias e por conveniências é uma prática na nossa Administração.

Contrariamente àquilo que fiz referência, em relação ao crescimento do efectivo, a produtividade e eficiência na Administração estão no sentido contrário. Por isso, acho que é um desafio bastante grande e num ano só não conseguirei fazer todas essas reformas. Se me perguntarem porquê, tenho várias razões que levaram a essa situação, mas uma delas, e é preciso que reconheçamos aqui, é a instabilidade política.

Os sucessivos governos não conseguiram, com o tempo que tinham de governação, fazer a reforma de fundo que é necessária. Portanto, um governo começa uma reforma, 1 ou 2 anos depois é afastado. Estabelece como horizonte temporal da sua reforma 3 ou 4 anos e se é afastado 1 ano, ano e meio ou 2 anos depois, quando vier outro governo, não dará continuidade à sua reforma. Portanto, isso para mim é uma das razões principais, aliás há muitas outras, mas elejo essa como a principal.

Portanto, nas GOP está descrito um conjunto de acções que pretendo levar a cabo no meu Ministério, mas gostaria de eleger as que são mais importantes.

Primeira coisa, vou pegar no Estatuto, e nessa matéria, como é uma Lei, contarei com o apoio da Assembleia. Estamos a proceder, neste momento, à análise das alterações. Esse trabalho tem sido feito, mas só que os sucessivos governos não conseguiram concluí-lo. Neste momento, voltamos a pegar no documento, estamos a discutir ao nível técnico, vamos fazer uma aprovação brevemente ao nível do Conselho dos Ministros e será submetido à Assembleia Nacional. Portanto, há muitas incongruências, muitas regras que já não são compatíveis com a actualidade que têm que ser alteradas, há inovações que têm que ser introduzidas e é necessário trazer esse documento de novo ao Parlamento.

Outro desafio é a questão da avaliação do desempenho. Vocês sabem, e isso não é novidade para ninguém, que não se faz a avaliação do desempenho ao nível da Administração Pública, não há responsabilização ou alguma influência do mau comportamento dos agentes na sua promoção. Por isso, brevemente daremos inícios à avaliação do desempenho ao nível da Administração Pública.

Outro aspecto que vou pegar, não será implementado, é a questão do regime remuneratório. Em 2012 já se tinha encomendado um estudo e o mesmo está pronto. Vamos pegar nesse estudo, analisá-lo e tentar ver como é que podemos introduzir esse novo regime remuneratório. Não será em 2015 nem em 2016. Teremos 2015 e 2016 para ver como é que poderemos consolidar esse estudo e como é que poderemos implementá-lo em 2017. Portanto, como perceberão, são enormes desafios, mas esses três há toda a necessidade de pegarmos e é isso que será as minhas acções concretas em 2015, não se esquecendo de começar já a preparar outras bases, como por exemplo a questão da modernização, a questão dos recursos humanos e a questão de redimensionamento da Administração.

No que diz respeito à parte fiscal que é o meu forte, o objectivo central é a consolidação orçamental, porque a consolidação orçamental constitui um dos aspectos mais importante da política fiscal de qualquer governo. Portanto, a mobilização de receitas e o pagamento de despesas têm regras que têm que ser cumpridas. E como disse, há toda a necessidade de implementarmos regras, de formar a tornar mais eficiente a utilização de recursos eficientes e eficazes à utilização de recursos ao nível da Administração. Por isso, a minha concentração na consolidação fiscal passará pelo reforço da administração fiscal, no sentido de aumentar a mobilização de receitas internas. Portanto, isso tem razão de ser, uma vez que, como sabem, os nossos orçamentos, durante vários anos, têm sido sustentados com recursos externos e a conjuntura internacional prediz-nos que a médio ou longo prazo essas, aliás já estamos a sentir desde agora, essa ajuda e solidariedade internacional dos nossos parceiros tenderão a diminuir. Por isso, a consolidação orçamental é muito importante.

Outro aspecto ao nível da consolidação orçamental é a sustentabilidade da dívida. Como sabem, o nosso país é um país de alto risco de endividamento. Explico. É um país que se sair à rua mobilizando recursos para funcionamento, corre o risco de, a dado momento, não conseguir pagar os seus compromissos. Por isso, na classificação internacional, o País é um país de alto risco de endividamento.

Repito, as instituições internacionais só nos permitem aceder a empréstimos concessionais, que são empréstimos que têm um prazo de maturidade de vários anos, com um período de graça largo, 10 anos, e uma taxa de juro abaixo de 1%. Portanto, temos que prestar muita atenção quando tivermos que mobilizar os nossos recursos, tomar em conta esses aspectos, tendo em conta que podemos entrar numa situação de incumprimento geral, mas entenderão que se nos limitarmos só a esses financiamentos, teremos pouca margem de evoluir, quer dizer, de encontrar formas de financiar as infra-estruturas-chaves que são essenciais para o nosso desenvolvimento. Por isso, o Governo deu início a uma nova negociação de um programa com o Fundo Monetário Internacional, no sentido de encontrar apoios para a nossa reforma. Esse fundo disponibilizou-se em nos apoiar nessas reformas que tenderão, em primeiro lugar, a ver se conseguiremos sair dessa posição de um país de alto risco de endividamento; que possibilitará que os doadores nos permitam financiar algumas acções que serão alicerces do nosso desenvolvimento e que permitirão que essas instituições do Bretton Woods, falo do Banco Mundial e do Fundo Monetário, nos permitirão iniciar uma negociação a par desse condicionalismo de concessionalidade, de encontrar financiamento para as nossas infra-estruturas-chaves.

Felizmente, ontem nós terminámos essas negociações, portanto a equipa do Fundo esteve por duas semanas cá no País. Há duas novidades em relação ao anterior programa: uma primeira novidade é que, para além de abrir espaço de negociarmos financiamentos para infra-estruturas-chaves, baixou a rigidez de concessionalidade de 50% para 35% e também aumentou a percentagem da nossa quota que deve ser disponibilizada durante o programa para reforçar as reservas do Banco Central, caso haja algum choque externo. Por isso, a nossa política, o nosso apanágio tem sido de continuar com as reformas, criar condições para que o nosso crescimento seja um crescimento sustentável e reduzir consequentemente a pobreza que assola a população são-tomense.

Portanto, do lado monetário, temos trabalhado conjuntamente com o Banco Central que é o órgão autónomo competente para levar a cabo uma política monetária e também estamos a trabalhar com o Banco Central na elaboração de uma estratégia do sector financeiro, de forma a dar resposta às exigências do sector privado, que clama por um espaço nessa economia que infelizmente tarda em chegar.

Sras. e Srs. Deputados, as verbas inscritas no orçamento do Ministério das Finanças são para dar vazão a essas acções a que fiz referência.

O Sr. Presidente fez referência ao património, fiz uma abordagem geral, não toquei especificamente em determinadas áreas, mas estarei disponível para perguntas concretas em relação ao Património, Contabilidade, Orçamento e todos outros sectores que fazem parte do meu Ministério.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos a ver a área das Finanças e da Administração Pública. Intervenções, contribuições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernandes.

O Sr. **Mário Fernandes** (ADI): — Sr. Presidente, tenho uma questão que não sei se se enquadra ou não. É a questão que tem a ver com a autoridade do Estado, por um lado, e, por outro lado, briga com a nossa economia. Estou a me referir ao caso de taxas de juro implementadas por alguns bancos da nossa praça financeira. Disse bem, o Banco Central é autónomo, tem um câmbio de referência que estabelece e cada um dos bancos aplica o juro que quer.

E há o caso de um banco concreto que é o BISTP, onde o Governo tem as suas acções, que tem uma taxa de juro que é quase o dobro daquilo que é estabelecido no Banco Central como referência e não sei se é por ser autónomo. Qual é a influência do seu Ministério junto ao BISTP? O que eles alegam é que aplicam esta taxa tão elevada devido aos créditos mal parados que a justiça não consegue fazer com que recuperem dinheiro, com a garantia. Qual é a sua autorização neste caso, Sr. Ministro?

O Sr. **Presidente**: — Para um esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — Sr. Deputado, acho que essa é uma pergunta que é actual no nosso país, quando falamos do sector financeiro, a questão da taxa do juro. É claro que o BISTP e os outros bancos, ao aplicarem a sua taxa de juro, incorporam alguns elementos que são inerentes à fragilidade da nossa própria economia. Muitos desses aspectos têm que ser eliminados ou melhorados com as reformas. Estamos a falar do sector da Justiça, estamos a falar da própria estratégia do sector financeiro, propriamente dito e estamos a falar de vários outros elementos que só com as reformas é que conseguiremos debater e criar condições para que os bancos não tenham argumentos de aumentar as suas taxas em função desses elementos.

É claro que o Governo tem trabalho juntamente com o Banco Central, no sentido de, para além de eliminar esses elementos, também trabalhar com os bancos comerciais, no sentido de encontrar várias outras formas de melhorar o acesso ao financiamento do sector privado.

Portanto, é uma questão que está na agenda do Governo e, como eu disse, é uma questão que só se resolve com reformas dentro da nossa economia, de uma forma geral.

Também não é novidade para ninguém que o sector da Justiça é um sector que cria uma das grandes incertezas para os bancos comerciais na disponibilização dos créditos às famílias e às empresas. Por isso, é uma preocupação do Governo e estamos a trabalhar estreitamente, não só com o Banco Central, mas também estamos a tentar ver se criamos condições de nos estreitarmos muito mais com o sector da Justiça, para fazermos as reformas devidas neste sector, para aliviarmos essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernandes.

O Sr. **Mário Fernandes** (ADI): — Sr. Ministro, quando me referi à autoridade do Estado, é porque o próprio Banco Central, como o órgão regulador, sente-se um bocado fragilizado, embora seja um problema que já vem de outro lado. É neste sentido apenas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — Sr. Presidente, acho que respondi, mas o Sr. Deputado levou a sua pergunta a um outro nível que diz respeito à fixação de taxas por parte dos bancos comerciais. Como eu disse e bem, os bancos comerciais, ao fixarem a sua taxa, incorporam um conjunto de elementos que são legítimos à nossa situação económica. Por isso, o Banco Central não tem instrumentos para colocar a sua autoridade face aos critérios objectivos que os bancos comerciais apresentam. O que o Banco Central pode fazer como regulador é ver, caso os bancos comerciais estejam a praticar acções que não estejam dentro das normas, aqui o Banco Central tem que agir.

Temos aqui a Sra. Vice-Presidente que é alguém com conhecimentos bastante elevados nessa área.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo Carvalho.

O Sr. **Evaristo Carvalho (ADI)**: — Sr. Presidente, eu gostaria de obter um pequeno esclarecimento do Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública, porque quando abordou a questão da necessidade de reforma da Administração Pública, evocou que neste momento há por volta de 7000 funcionários.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — 7500 funcionários.

O Sr. **Evaristo Carvalho (ADI)**: — 7500? Bom, hoje é moda chamar todos os trabalhadores de funcionários. Tantos os que trabalham no comércio privado, os que trabalham na agricultura. Ajuntou-se todos, funcionário de tal coisa. Eu tenho outra noção de funcionário. A noção que tenho de funcionários é que são aqueles que exercem cargo público e cargos existentes nos diferentes quadros dos serviços. Por isso, que quando o Sr. Ministro falou em 7500 funcionários, será que estão incluídos trabalhadores das empresas estatais ou só os que ocupam cargos previstos no quadro de serviços? Essa é a minha questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — Sr. Deputado, só são funcionários da Administração Central do Estado. E aproveito já essa sua questão para dizer que as orgânicas dos serviços são praticamente desfeitas ou refeita por cada um que passa e isso é um problema. O que aprendi e o que foi prática anteriormente é que uma orgânica aprovada, ao longo da sua existência, não pode ser alterada, salvo se existir alteração das funções ou das atribuições inerentes aos determinados serviços. Mas o que assistimos neste momento não é isso.

Cada ano que passa, sentimos o alargamento das orgânicas sectoriais. O que faz com que a cada ano, não obstante as recomendações e as insistências dos serviços das Finanças, no sentido de não acrescentarem o número de funcionários, não contratarem novos funcionários, é o que está a acontecer. E como tem havido também muita insuficiência em relação à gestão própria do recurso humano, muitos funcionários são contratados como estagiários ou sobre a forma de contrato, incorporam em instituições durante 3, 4, 5 anos, depois clamam por uma nomeação. E pouco a pouco a Administração Central vai engordando.

É claro que posso dizer-vos que é um comportamento contra aquilo que é a modernização da Administração. Anteriormente até se podia justificar, porque tudo era feito à mão e um funcionário tinha um conjunto de papéis para assinar. Hoje em dia, com a informatização, deveria ser no sentido contrário, mas infelizmente o que se temos assistido é o aumento galopante do número de funcionários na Administração.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, mais questões atinentes à Administração Pública e Finanças.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD)**: — Sr. Presidente, Sr. Ministro, ainda em relação à Administração Pública, podemos tomar em consideração o que aconteceu com o Estatuto dos Deputados. Hoje, todos os Deputados que trabalhavam na Função Pública, pelo que é do nosso conhecimento, tiveram que renunciar esses serviços. A minha preocupação é, porque é que o Ministério das Finanças e Administração Pública não adopta o mesmo sistema?

Se formos ver o número de funcionários públicos, uma só pessoa está na Saúde, Educação, na EMAE e na CST. A carga horária que rege o Estatuto da Função Pública diz que a pessoa deve fazer 8 horas de trabalho, mas o que vejo é que uma determinada pessoa que trabalha na Saúde chega no trabalho, assina o livro de ponto e vai dar aulas, nesse mesmo horário.

A minha preocupação é, qual seria a forma que o Governo poderia encontrar para pôr travão a esses aspectos? É mesmo o Estado que paga a pessoa salário como docente e como funcionário da Saúde.

É nesses termos que gostaria que o Sr. Ministro das Finanças nos dissesse como fazer para reduzir isso a nível da Função Pública.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — Sra. Deputada, em relação ao serviço de docência, está previsto no Estatuto. É único serviço que tem a excepção de beneficiar do privilégio de acumulação de exercício a nível da Administração. No entanto, concordo consigo que muitas vezes esse exercício incompatibiliza um pouco com as acções que a pessoa tem que fazer num outro ministério em que está afecto.

Esta é uma tarefa que o Sr. Ministro da Educação está a fazer, aliás ele abordou esta questão aqui, que vai exigir uma colaboração estreita entre o Ministério das Finanças e Administração Pública e o Ministério da Educação.

Temos situações muito caricatas, tanto na Saúde como na Educação e somos muitas vezes mal entendidos a nível da Administração, porque questionamos certas coisas. Temos situações de horas extraordinárias de professores que, quando lemos, dizemos que não é concebível um professor fazer esse número de horas, mas essa informação vem do Ministério da Educação.

Gostaria de dizer e assumir aqui perante os senhores que mesmo a nível da Administração e a nível do Ministério que tutelo, estou a pôr em causa as horas extraordinárias feitas pelos funcionários. Sei que é uma coisa que não conseguirei fazer de um dia para outro, não consigo cortar, mas é uma coisa que pouco a pouco irei diminuir.

Para além do número de efectivos que se tem na Administração, e disse aqui que a produtividade e a eficiência na Administração estão no sentido contrário, assistimos a uma degradação de responsabilidade dos funcionários perante a Administração. Os funcionários são funcionários do Ministério das Finanças, dão aulas, recebem horas extraordinárias na Educação, no Ministério das Finanças, não executam as tarefas do Ministério das Finanças, alegam que estão na Educação a trabalhar, mas nem num lugar nem noutra estão a trabalhar.

Temos consciência disso e temos dados palpáveis que nos levam a dizer isso. O Governo assume isso e, enquanto tutelar desta pasta, não digo aqui que em 2015 consigo fazer isso, mas vou tomando medidas de correcção para que a médio prazo consigamos pelo menos minimizar essa situação e criar margens para tornar mais eficiente, aumentar a produtividade ao nível da Administração.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, não será por falta de uma lei para pôr cobro a essa situação?

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública**: — As leis existem, o Estatuto do Funcionalismo Público em relação a esta matéria está muito bem claro, existe o diploma que regula a atribuição de horas extraordinárias, tempos lectivos extraordinários, existe tudo isso, só que a própria Administração é que não está estruturada no sentido de organizar os serviços de tal forma que isso não aconteça.

E é por isso que temos que lutar. Não há uma solução de responsabilidade pelos altos responsáveis dos sectores. Acho que o director de uma escola tem que ter consciência suficiente para dizer que se a pessoa não deu aulas, não pode mandar 120 horas para o Ministério das Finanças pagar. Tem que haver essa assunção por parte dos sectores. Os ministérios e os ministros também têm que prestar grande atenção a essa situação, se quisermos corrigir todos esses defeitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Esmail da Glória.

O Sr. **Esmail da Glória** (ADI). — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caros Deputados, boa tarde.

Primeiramente, quero falar sobre a questão que a Sra. Deputada levantou. É verdade que a questão de hora extraordinária e de trabalhar em vários sectores é preocupante, mas sempre as pessoas trazem questões preocupantes quando é o Governo do ADI. Acho que essas questões que primam pela funcionalidade dos sectores devem ser levantadas sim, mas desta forma como a minha companheira aborda a questão, se calhar,...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Não sou sua companheira, porque não deito ao seu lado.

O Sr. **Esmail da Glória** (ADI). — ...poderá colocar, em grande medida, muitos contra a atitude que poderá ser tomada pelo Sr. Ministro. Acho que devemos procurar mecanismos para pôr cobro a uma ou outra situação, mas não generalizar a questão. Sempre que se fala de sobrecarga, fala-se de Educação, vamos repensar.

O Sr. **Presidente**: — É regimental, direito de resposta, Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado, não sei se é do seu conhecimento, é a primeira legislatura que eu, Beatriz Azevedo, tenho a oportunidade de interpelar o Sr. Ministro. Para quem me conhece, não faço só quando é governo do ADI, como o Sr. Deputado referiu.

Risos.

Outra coisa, não sou sua companheira. Sua companheira é aquela que dorme ao seu lado. Colega deputada, aceito.

Infeliz ou felizmente, o que vemos ou ouvimos nesta Casa Parlamentar é muito triste. Srs. Deputados, não estamos aqui para defender o governo a, b ou c. Estamos aqui para desempenhar as nossas funções, aliás, quando tomamos posse juramos cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis do País e defender,

não o governo. Por isso, Sr. Deputado, com todo o respeito que tenho por si, Caué e Cantagalo fazem fronteira, mas não me veja nesse aspecto.

Gostaria de pedir-lhe que não volte a fazer esse tipo de comentário.

O Sr. **Presidente**: — Antes de iniciarmos o debate em torno do orçamento, fiz um apelo no sentido de não entrarmos em questões que ferem a sensibilidade das Sras. e Srs. Deputados. Apelei também no sentido de que todas as contribuições são bem-vindas para o melhoramento do debate, mas os Srs. Deputados estão a inclinar para o lado político de uma coisa inexistente. É desta forma que às vezes escutamos coisas que não queremos. Por isso, mais uma vez, apelo no sentido de mantermos a serenidade. A função de deputação é mesmo essa: trazer argumentos necessários, questionar, pedir melhorias, não por isto ou aquilo. Entendo que a intenção da Sra. Deputada não é de ferir o lado, por isso ou aquilo.

Também, Sra. Deputada, quando o Sr. Deputado Esmaiel referiu-se à questão de companheira, não é no sentido de ser a sua aliada de cama. É o jeito que os Deputados do ADI se relacionam entre si, como nós do MLSTP/PSD tratamo-nos por camarada, no PCD os Srs. Deputados tratam-se por companheiro. É bom que evitemos essas situações.

Srs. Deputados, vamos continuar com os nossos debates.

O Sr. Ministro está cá disponível, estamos aqui desde manhã, vamos ver se conseguimos fechar a discussão na especialidade e sair daqui num bom clima, porque um bom almoço nos espera.

Risos e murmúrios.

Para um ponto de ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo Carvalho.

O Sr. **Evaristo Carvalho** (ADI): — É só para chamar a atenção que aqui na Assembleia todos somos colegas Deputados. Os termos camarada e companheiro são termos partidários, vamos evitar. Quando estivermos aqui no Parlamento, chamemos uns aos outros de colega, porque aqueles que se chamam de camaradas, por exemplo os do MLSTP/PSD não gostam que se lhes chamem de companheiro, como nós do ADI nos chamamos de companheiro. Vamos tentar evitar isso. Quando estivermos em debate, nos tratamos por colega Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI). — Sr. Ministro, fico feliz em saber que o Governo está preocupado em disciplinar os salários e as horas extraordinárias, porque de facto é uma questão que também me preocupa. Sei que há muita discrepância e fico feliz em saber que já existe essa preocupação, principalmente por parte do Sr. Ministro das Finanças. Encorajo-o no sentido de levar a cabo essa reforma, nem que seja daqui há 1, 2 ou 3 anos, mas que se leve a cabo. Se de facto estamos numa situação de dificuldade económica, tem-se que atribuir maior justiça social em termos de salários.

Gostaria de colocar uma questão que tem a ver com a avaliação de desempenho na Função Pública. O Sr. Ministro disse que o Governo pretende implementar a avaliação de desempenho, mas sei que ao nível da Administração Pública há muitos vícios, muitos problemas e gostaria de saber, de forma global, como é que pretende implementar essa questão de avaliação de desempenho.

Também tenho uma outra questão e é algo que já vem há algum tempo. Vejo no orçamento uma rubrica que é «Apoio à elaboração do orçamento», no valor de 500 milhões de dobras. Gostaria de saber, Sr. Ministro, será que para elaborar o orçamento é necessário tanto dinheiro assim?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — A primeira questão, refresque-me a memória, por favor, Sra. Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Queria apenas saber como é que será implementada a avaliação de desempenho na Função Pública.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — Nesse momento, queremos primeiro aprovar o diploma e depois criar as condições para a sua implementação. Há um conjunto de acções que queremos levar a cabo, aliás há umas verbas que foram anunciadas já e a questão de horário e algumas rigorosidades em termos de livros de ponto e outros instrumentos que actualmente podem ser utilizados,

temos a questão da formação, qualificação do pessoal e avaliação em termos de resultados do seu trabalho. São essas acções que queremos colocar em execução para permitir que nós tenhamos alguns elementos que nos permitam fazer à avaliação do desempenho. Mas isso também passa, claro, pela redefinição das atribuições sectoriais. Hoje em dia, temos vários sectores que não têm um manual de procedimento. Ou seja, os funcionários muitas vezes não chegam a saber o que estão lá a fazer. São contratados, mas não têm uma tarefa específica. Essa questão de definição de atribuição de cada sector e consequentemente a elaboração de um manual de atribuição de procedimento para permitir que o funcionário tenha actividades descritas e essa actividade faça parte das suas acções, quando ele assenta numa cadeira, é um assunto que tenho encarado com muita seriedade. Isso não existe em vários sectores, portanto temos que criar.

Quanto ao manual de procedimentos, estamos a começar com o Ministério das Finanças e é uma acção que já começou desde 2012. Vamos dar continuidade e ver se conseguimos harmonizar a questão das actividades. Quem sabe quando fizermos isso vamos dar conta que há acções repetidas em determinados sectores e haverá certamente deslocções dos funcionários de um sector para o outro ao invés de contratações. À título de exemplo, actualmente temos alimentado as DAF com funcionários das Finanças e tenho a certeza que depois da elaboração e fechar todo o manual de procedimento ao nível das Finanças, teremos que libertar muitos funcionários. Depois de implementarmos essas acções todas, teremos já elementos para fazermos uma boa avaliação do desempenho dos funcionários, porque concordo consigo que a avaliação de desempenho não é entregar as fichas a um director para dizer se esse é bom ou mau. Claro que desta forma é uma questão subjectiva. É por isso que pensamos conjuntamente nisso e antes de mais levar a cabo um conjunto de acções que nos permitam ter elementos para uma avaliação objectiva dos funcionários.

Em relação à verba, é para o director do orçamento, claro, mas eu gostaria de dizer que o processo de elaboração do orçamento é um processo que começa com 6 meses de antecedência. É um processo que vai um pouco para além das actividades quotidianas nos sectores, porque tem-se que criar uma comissão e essa comissão tem que recolher elementos, tais como: papeis, tinteiros e dentre outras coisas, e então criamos essa comissão e ela trabalha durante um período de 6 meses. Reconheço aqui que também, e é preciso dizer abertamente, que se atribui um pagamento de subsídio a essa equipa que leva 6 meses, as pessoas chegam a trabalhar à noite. Eu não estou a defender a Direcção do Orçamento, claro que já não estou lá, mas eu sei. Enquanto director do orçamento já trabalhei até 5 horas da madrugada...

O Sr. **Presidente**: — Já fiquei até às 22 horas.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — ...quem trabalhou na Administração sabe, e está aqui o Sr. Presidente da 3.^a Comissão a dizer que, enquanto funcionário, ficava até às 22 horas, e continuávamos lá. Por isso, dá-se um subsídio às pessoas, porque nesse período se trabalha mesmo. Costumo até dizer aos meus colegas do Governo que aquilo de levar o orçamento para o Conselho de Ministros não é nada.

O pior é quando fico com o orçamento sozinho para cortar. Esse é que é o pior momento e é nesse momento que levamos dias e dias assentados para compatibilizar os números com textos e tudo mais. Por isso, é uma tarefa que requer alguma dedicação.

Esse montante vem em todos os orçamentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António (ADI)**: — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Excelências: Grande parte da minha intervenção já foi avançada pela Deputada Bilaine Ceita, mas eu gostaria de felicitar o Sr. Ministro pela coragem, porque quando estamos a fazer algumas reformas e pensamos no nosso próprio sector, é bom. Sabe-se que na praça pública diz-se que de facto os funcionários das Finanças deixam os seus afazeres, vão dar aulas e quando regressam é que pegam o seu trabalho das Finanças, porque ganham horas extraordinárias. Sr. Ministro, gostei muito da sua intervenção nesse sentido, em olhar de facto para a sua casa.

Há aqui uma outra situação, duas questões que são colocadas. As pessoas perguntam se vamos ter o salário mínimo nacional para este ano e se haverá ou não um aumento salarial.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração**: — Sr. Deputado, segunda questão, não, haverá aumento. A primeira, sim, pode ser. Vai depender da evolução das negociações, mas com dúvidas. É um assunto que vai necessitar de muito debate, muita discussão. Sei que há uma pressão da parte dos sindicalistas, no sentido de o Governo aprovar o mais rapidamente possível esse instrumento, mas quero dizer aqui baixinho que sou um dos que tentam travar um pouco isso, porque se tivermos que fazer a avaliação real daquilo que é o salário mínimo, a sua implementação é um pouco complicada. Só se

implementarmos faseadamente, porque também não vai corresponder às expectativas que existem à volta disso. Por isso, é uma questão que está ser discutida ao nível do Conselho de Concertação Social e vamos ver como é que vamos lidar com isso durante o ano. Mas para este ano não haverá aumento salarial, de certeza.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo Carvalho.

O Sr. **Evaristo Carvalho** (ADI): — Eu queria perguntar ao Sr. Ministro se no estudo que se está a fazer sobre o salário mínimo, está-se a pensar num salário mínimo nacional ou em vários salários mínimos nacionais. Porque pode haver um salário mínimo na Função Pública, como também no sector da Agricultura e Pecuária, no sector de Comércio, etc. Como já houve várias tentativas, que eu saiba, e sempre há certa confusão de se pensar que quando se fala em salário mínimo é o salário mínimo da Função pública e depois se generaliza para todos os sectores, mas parece-me que contraria, porque o salário mínimo também depende da produtividade de cada sector.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — Sr. Deputado, é claro que há vários salários mínimos, para diferentes áreas de actividades económicas e diferenciados em função da produtividade. Claro que esse estudo vai nesse sentido e eu tenho a certeza que os sindicatos tendem mais para o salário mínimo ao nível da Administração Pública, mas há essa diferença entre os salários mínimos nos diferentes sectores da economia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Queria só acrescentar aquilo que disse o Sr. Ministro. Ao nível da Concertação Social está-se a negociar a questão do salário mínimo. Pensamos que este ano, para o sector privado, é capaz de se chegar à conclusão, mas para o sector público vamos deixar em *standby*. Primeiro, porque um trabalho de base que nos foi fornecido pela Direcção das Finanças demonstra que basta alterar 50 000 dobras no salário mínimo dos funcionários, iria criar problemas até no salário de base do Sr. Presidente da República.

Daí que a parte do funcionário público vai estar ainda em discussão e este ano provavelmente não haverá qualquer introdução no estabelecimento do salário mínimo como tal. Já que estou à frente do microfone, gostaria de dizer ao Sr. Ministro que tenho muita coisa para lhe perguntar ao nível do seu Ministério, mas levarei essas questões ao fórum próprio e no lugar próprio falaremos sobre essas questões, primeiro porque se eu levantá-las agora, pelo menos uma ou outra, começarão a ver como questão política, mas não estou a ver a questão política, estou sim a ver a questão do sector privado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — Acho que o Sr. Deputado Jorge Correia me ajudou a responder à questão e por isso não tenho mais nada a dizer.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado havia acrescentado as informações ao Sr. Ministro, no sentido de complementar ou confirmar.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública**: — Sim, Sim.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Ministro havia incumbido a Direcção do Orçamento de algumas tarefas concernentes ao tecto do Ministério da Juventude. Tínhamos visto a questão do Ministério da Juventude, quanto à atribuição de verbas para o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), para o Comité Olímpico e Paraolímpico e as Federações e Clubes. O Sr. Ministro havia avançado que essa dotação iria sair dos encargos do Estado.

O Sr. Ministro havia avançado que essa dotação iria sair dos encargos do Estado. Gostaria de saber da parte do Sr. Ministro donde é que essas verbas saíram. Quais são as alocações que foram feitas?

Agradeceria que o técnico dos serviços expusesse isso para podermos acompanhar.

O Sr. **Silvio Dias** (Técnico do DAPC): — Sr. Presidente, relativamente à questão das verbas, creio que o Sr. Director do Orçamento ficou por esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director do Orçamento.

O Sr. **Director do Orçamento** (Ginésio da Mata): — Sr. Presidente, o somatório das acções inseridas no Ministério da Juventude ascende os 2 750 000 000,00 (dois mil milhões, setecentos e cinquenta milhões de dobras), sendo para o CNJ 300 000 000,00 (trezentos milhões de dobras), para o Comité Paraolímpico 250 000 000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dobras), transferências para Federações e Clubes 2 000 000 000,00 (dois mil milhões de dobras) e Comité Olímpico 200 000 000,00 (duzentos milhões de dobras).

Esse valor foi retirado dos Encargos Gerais do Estado, na rubrica «Acções de Urgência, Catástrofes e Calamidade», no código 2956, que tinha 6 740 616 002,00 dobras (seis mil milhões setecentos e quarenta milhões, seiscentos e dezasseis mil e duas dobras). Nesta rubrica passa a constar apenas 3 000 000 000,00 (três mil milhões de dobras). Anteriormente tinha 6 740 616 002,00 (seis mil milhões setecentos e quarenta milhões, seiscentos e dezasseis mil e duas dobras), foi retirado 2 700 000 000,00 (dois mil milhões e setecentos milhões de dobras).

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director, essas verbas foram alocadas ao Ministério da Juventude com a mesma linha de financiamento, ou seja, a Nigéria?

O Sr. **Director do Orçamento** (Ginésio da Mata): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, permita-me fazer uma crítica, de forma a sair daqui com o coração limpo. Isto significa que quando as Finanças quer sabe onde encontrar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo Carvalho.

O Sr. **Evaristo Carvalho** (ADI): — Sr. Presidente, parece que retiraram das verbas de situações de emergência ou urgência...

O Sr. **Presidente**: — A acção é «Acções de Urgência, Catástrofes e Calamidades».

O Sr. **Evaristo Carvalho** (ADI): — Sr. Presidente, seria bom retirar desta rubrica, porque o mês de Maio já está a acabar e parece que os trovões vão acabar. Vamos entrar na Gravana e não fico muito feliz por terem mexido nesta rubrica, porque nos últimos tempos temos tido alguns fenómenos da natureza, incluindo casos de incêndios. Queria apenas desabafar, porque esta rubrica é essencial, mas as Finanças têm maneira de arranjar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública**: — Sr. Deputado, obrigado por ter levantado essa preocupação. Gostaria de dizer que fizemos a devida distribuição e ficamos com essa verba prevendo essas situações para afectarmos. Foi acautelada a questão das catástrofes que têm assolado o nosso país. Temos uma verba de protecção civil no Ministério do Emprego e Assuntos Sociais que é mesmo para esse efeito. Esperemos que na Gravana não haja nada de grande envergadura que nos possa criar problemas a esse nível, sob pena de recorrermos a outros orçamentos aqui aprovados, cortando-os para afectar as catástrofes e calamidades, incluindo a Assembleia.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director do Orçamento.

O Sr. **Director do Orçamento** (Ginésio da Mata): — Sr. Presidente, há uma alteração que tinha sido sugerida para a Presidência da República que também foi feita.

O Sr. **Presidente**: — Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esgotamos as discussões do OGE e das GOP. Volto a informar que somente os Deputados da Comissão terão o direito ao voto. Neste momento, só se encontram na sala seis Deputados da Comissão, temos um deputado ausente em missão oficial da Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, peço a palavra para podermos colmatar esta situação, recorrendo ao artigo 43.º do nosso Regimento. Queria dizer que da parte do nosso grupo parlamentar substituirá o deputado em falta o Sr. Deputado Salcedas Barros e o Sr. Deputado Ivo Costa será substituído por Esmail do Espírito Santo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Correia, em relação artigo 43.º «Indicação dos membros das comissões», tenho outra interpretação. Assim, farei a interpretação extensiva daquilo que é a norma do artigo. O Sr. Deputado, quando indica o artigo 43.º, menciona que número?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Sr. Presidente, refiro-me ao ponto 4. Diz o seguinte: «Podem ser indicados suplentes a todo o tempo e, na sua falta ou impedimento, os membros das comissões podem fazer-se substituir ocasionalmente por outros Deputados do mesmo grupo parlamentar.»

O Sr. **Presidente**: — Correcto Sr. Deputado, a indicação a que a norma se refere é na necessidade de a Comissão se reunir, estando os deputados efectivos ausentes. Os deputados suplentes automaticamente os substituem. O que verificámos, quando fez referência ao Sr. Deputado Ivo Costa, é que este esteve na sala e marcou presença. Ou seja, assinou e ausentou-se. Logo, não pode ser substituído.

O Sr. Deputado Adilson Managem também esteve na sala e assinou, se não estou em erro.

Uma voz: — Hoje não!

O Sr. **Presidente**: — Não, tudo bem! O Sr. Deputado Adilson Managem, sim, poderá ser substituído pelo deputado suplente que o grupo parlamentar indicar. Neste caso, só será substituído o Sr. Deputado Adilson, que esteve ausente na reunião de hoje, mas o Sr. Deputado Ivo não, compreenderá!

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Sr. Presidente, então fica assim, ficará o Sr. Deputado Salcedas a substituir o Sr. Deputado Adilson Managem que não compareceu hoje nos nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Se eu estiver errado, os Srs. Deputados poderão corrigir-me. O Sr. Deputado Evaristo Carvalho tem experiência neste ramo. Essa é a minha interpretação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo Carvalho.

O Sr. **Evaristo Carvalho** (ADI): — Sou Presidente da 1.ª Comissão e ela tem o seu regimento, não quero pronunciar-me.

O Sr. **Presidente**: — Há quórum? Então vamos iniciar a votação. Os Srs. Deputados compreenderão que estamos a votar os dois instrumentos. Pediria que continuássemos na sala e que ninguém se ausentasse.

Primeiramente, vamos votar as GOP, artigo por artigo. Os Srs. Deputados têm em mãos a proposta de lei das GOP que contém seis artigos. Sendo o artigo 1º, objecto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, não deveríamos iniciar a votação a partir da nota explicativa, que é uma espécie de preâmbulo?

O Sr. **Presidente**: — A nota explicativa já foi votada na generalidade. Na especialidade é fase de artigo por artigo. Vamos passar à votação.

Artigo 1.º. Objecto.

Submetido à votação, foi aprovado com 5 votos a favor e 2 abstenções.

Artigo 2.º. Organização da acção governativa.

Submetido à votação, foi aprovado com 5 votos a favor e 2 abstenções.

Artigo 3.º. Grandes Opções do Plano.

Submetido à votação, foi aprovado com 5 votos a favor e 2 abstenções.

Artigo 4.º. Medidas, acções e projectos orçamentais.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 5.º. Memorando de políticas económicas e financeiras.

Submetido à votação, foi aprovado com 5 votos a favor e 2 abstenções.

Artigo 6.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 5 votos a favor e 2 abstenções.

Está assim aprovada as Grandes Opções do Plano do ano 2015.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à votação do Orçamento Geral do Estado. Srs. Deputados, podemos interromper a fase de votação do OGE por 2 minutos, por favor?

Eram 13 horas.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 13 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados, vamos passar agora à aprovação do OGE.

Capítulo 1. Aprovação do Orçamento.

Artigo 1.º. Objecto.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 2.º. Estimativa de receitas e financiamentos.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 3.º. Fixação das despesas.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 4.º. Finanças da Região Autónoma do Príncipe, finanças locais, fundos autónomos e transferências públicas para organismos autónomos.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 5.º. Comparticipação do Estado nos lucros das empresas públicas.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 6.º. Financiamento interno.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 7.º. Crédito externo.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Capítulo 2. Execução orçamental.

Artigo 8.º. Cobrança das receitas.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 9.º. Contenção das despesas públicas.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 10.º. Requisitos dos beneficiários.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 11.º. Liquidação de despesas não orçamentadas – responsabilidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 12.º. Processamento das despesas.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 13.º. Despesas elegíveis.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 14.º. Regime de aquisição de bens e serviços.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 15.º. Autorização de despesas não especificadas.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 16.º. Alteração orçamental.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 17.º. Informação periódico.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 18.º. Despesas com pessoal.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 19.º. Despesas com investimentos públicos.

Submetido à votação, foi aprovado com 4 votos a favor e 3 abstenções.

Artigo 20.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 5 votos a favor e 2 abstenções.

É assim aprovado o OGE e as GOP para o ano 2015.

Aplausos.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eis que chegamos ao fim do trabalho aturado, de Segunda a Sexta-feira.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 10 minutos.